REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ATA NÚMERO 08

28 DE ABRIL DE 2016

---------Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Castro Daire e Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Órgão Executivo, em conformidade com o disposto nos números 1 e 2, do artigo 40.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --------

---

---------**PRESENÇAS:**----------

---------**Presidência da reunião:**----------

---------José Fernando Carneiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal.----------

---

---------**Vereadores presentes:**----------

---------Eurico Manuel Almeida Moita, Vice-Presidente da Câmara Municipal.----------

---------Luís Alberto da Costa Pinto, Vereador em regime de não permanência.----------

---------Dr. Rui Manuel Pereira Braguês, Vereador a tempo inteiro.----------

---------Dr. Márcio Ferreira dos Santos, Vereador em regime de não permanência.----------

---------Leonel Marques Ferreira, Vereador a tempo inteiro.----------

---

---------**Secretária:**----------

---------Ana Luísa Guedes de Albuquerque, Assistente Técnica.----------

---

---------**HORA DE ABERTURA:**----------

---------Eram nove horas e trinta minutos quando, pelo Senhor Presidente, foi aberta a reunião.---------

---

---------**FALTAS:**----------

Faltou a Senhora Vereadora Catarina Trindade Teixeira Relva Pereira. A Câmara justifica a falta.------

---

---------**ANTES DA ORDEM DO DIA:**----------

Assuntos Gerais de Interesse Autárquico nos termos do disposto no Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

---------O Senhor Presidente pergunta aos Senhores Vereadores se têm algo a dizer que melhor a vida dos Munícipes.----------

---------Pede a palavra o Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto para perguntar ao Senhor Presidente se já tem um parecer sobre as Piscinas Descobertas. O Senhor Presidente responde que não, para além daqueles que já foram presentes à reunião anterior. O Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto pergunta então ao Senhor Presidente a quem a Câmara pediu o parecer. O Senhor Presidente responde que foi pedido à Universidade do Porto. O Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto refere que o Senhor Vice-Presidente disse na reunião que ia, também, pedir um parecer ao LNEC, ao que o Senhor Presidente informa que foi pedido, dando instruções ao Chefe da DOMA para contactar o LNEC, embora este assunto não fosse lavrado em ata.----------

---------O Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto apresenta então a seguinte proposta:----------

---------"*Os Vereadores do PSD propõem, que em conformidade com a sugestão apresentada em anterior reunião do executivo pelo Vice-Presidente Eurico Moita, a qual foi bem acolhida por todos os Vereadores, que seja pedido um parecer técnico ao LNEC para identificar as causas das anomalias existentes na Empreitada de Construção das Piscinas Municipais (exteriores), bem como quais as ações a realizar para a resolução das mesmas.*----------

---------*Julgámos que tal se torna imperativo, para um cabal esclarecimento das causas de tais anomalias, pois pese o facto de já existirem 2 relatórios, do projetista e do Chefe da DOMA, os quais se nos afiguram como cópia um do outro, pensamos que sem um estudo completamente independente, feito por uma entidade de referência, não será possível encontrarmos as verdadeiras causas do sucedido*".----------

---------Analisada e discutida a proposta apresentada, os Senhores Vereadores do PSD ficaram em reformulá-la.----------

---------Seguidamente, o Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto refere-se à deslocação do Senhor Presidente e respetiva Comitiva a Zermatt, questionando os custos da referida deslocação e acrescentando que na sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente referiu que já tinha feito a devolução respeitante a esse valor, pelo que gostava de saber qual o valor reposto e em que moldes o mesmo foi feito.----------

---------Continua o Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto, dizendo que no dia 18 deste mês, entre outros funcionários, a Sandra Mónica Ferreira Carneiro Pereira, foi exercer funções como auditora. Pergunta se, de facto, é necessário duas pessoas para a auditoria e se ao retirar uma delas para o GAP, o serviço de auditoria fica diminuído, ou não era necessário duas pessoas.----------

---------Intervém o Senhor Vereador Márcio Santos para dizer que, quando contratou a Sandra Pereira, reconduziu-a para o GAP, até já saiu no Diário da República. Como é que a funcionária vai sair do GAP para o GAI se o Senhor Presidente já a reconduziu para o GAP.----------

---------O Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto pergunta se a Eng.ª Sandra Ferreira, que também foi admitida para o gabinete de Auditoria no dia 18, vai também deixar a DOMA. O Senhor Presidente responde que sim, ao que o Senhor Vereador pergunta se está a mais na DOMA ou vai substituí-la. O Senhor Presidente refere que o Gabinete de Auditoria ou espaço para o Gabinete de Auditoria vai ser instalado brevemente.----------

---------Intervém, novamente, o Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto para referir que na Assembleia Municipal, foi dito que teria sido o Senhor Vice-Presidente que tinha ficado incumbido de aprovar a comitiva numa reunião ordinária da Câmara Municipal.----------

---------Intervém o Senhor Presidente, que passa a ler um extrato da ata da reunião ordinária realizada no dia 13 de agosto de 2015, que aqui se dá por integralmente reproduzida, e o Senhor Presidente acrescentou que pensava que este assunto estava sanado após a reunião.----------

---------Intervém o Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto para dizer que o Senhor Vice-Presidente apenas ficou incumbido de informar e não de aprovar a comitiva.----------

---------Intervém o Senhor Vereador Márcio Santos para referir que o Senhor Vice-Presidente ficou de informar, mas nunca ficou mandatário para aprovar a comitiva. A delegação não podia ser aprovada, porque não vinha na Ordem de Trabalhos. Termina, dizendo ao Senhor Presidente que não empurre para o Senhor Vice-Presidente a responsabilidade de ter que aprovar no Executivo a Comitiva, porque o Senhor Vice-Presidente não foi mandatado para isso.----------

---------O Senhor Presidente respondeu que esta era a versão dos factos dos Senhores Vereadores do PSD que contradiz o exarado na ata de 13 de agosto de 2015, a qual foi aprovada por unanimidade.----------

---------Pede a palavra o Senhor Vereador Rui Manuel Braguês que informa que se encontram a preparar a Festa do Dia Mundial da Criança, que se realizará no dia 1 de junho p.f.. Dá conhecimento, também, que no dia 2 de maio irão realizar-se diversas atividades nas Piscinas Municipais para celebrar o Dia da Mãe.----------

---------Toma da palavra o Senhor Presidente que informa que a SONAE fez negócio com o Ganha-Pouco e que falou com ele, para saber da disponibilidade de a Câmara ceder o armazém que fica nesse edifício, para poderem alargar o parque de estacionamento. Refere, ainda, que vai agendar esse assunto para uma próxima reunião.----------

---------Intervém o Senhor Vereador Luís Alberto que refere que tem conhecimento que o Senhor Presidente também foi contactado para a instalação de um Call Center, o que vai criar muitos postos de trabalho.----------

---------O Senhor Presidente responde que é verdade, que nestes últimos dias recebeu representantes da ALTICE/randstard, mas este trabalho já vem desde o início de março, aquando da BTL em Lisboa. Ficou agendado que, oportunamente, virão alguns técnicos desta Empresa para analisarem os vários locais propostos pela Câmara para instalarem o Call Center. O Senhor Presidente também informou que já tinha falado com o IEFP, na pessoa do Sr. Diretor Distrital de Tondela, para a formação e criação de duas turmas de francês.----------

---------Intervém o Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto que refere que a Câmara deveria dar uma atenção especial a esse assunto.----------

---------Seguidamente, o Senhor Presidente apresenta o esboço da ARU da parte histórica da vila de Castro Daire. Quanto à ETAR de Arcas, informa que o projeto está em elaboração e que foram incluídas as localidades de Soutelo, Vila Boa, vila de Mões, Alva e Souto de Alva. Refere-se, também, ao Cortejo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire, dizendo que a mesma recebeu uma ambulância nova dada por uma Munícipe do concelho de Castro Daire, o que a Câmara regista com muito agrado. Assim, propõe que o Município contribua para o equipamento dessa ambulância, com um desfibrilhador, o que virá na Ordem do Dia para ser deliberado numa das próximas reuniões. Informa ainda que no âmbito da geminação Castro Daire – Zermatt, no dia 12 de maio, o Município irá receber a visita de alguns alunos do Agrupamento de Escolas de Zermatt e que já está tudo agendado com o Agrupamento de Escolas de Castro Daire para os receber. O Município irá pagar todas as despesas relacionadas com o transporte, as

dormidas e a alimentação, uma vez que, quando alguns alunos do Agrupamento de Escolas de Castro Daire se deslocarem a Zermatt, o Município só pagará a viagem aérea.----------

---------Para que não ficassem dúvidas, o Senhor Presidente pediu a guia de receita, que mostrou e de onde consta a reposição do valor, dizendo que assim fica sanado um possível erro administrativo.

---------Intervém o Senhor Vereador Márcio Santos para dizer que o erro foi incluir a esposa do Senhor Presidente, quando o Senhor Vice-Presidente teve o cuidado de não incluir a sua esposa.-----

---------Intervém o Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto, dizendo que em Zermatt, houve despesas. Pergunta se o valor devolvido não deveria incluir essas despesas. Pergunta porque é que o Senhor Vice-Presidente não quis incluir o valor da viagem da sua esposa. Refere, ainda, que o Senhor Presidente devolveu apenas 1/5 do valor pago pelo Município, quando o valor foi de 1.860,00€. Termina, dizendo ao Senhor Presidente que reflita e reponha o que falta.----------

---------O Senhor Presidente respondeu que a estadia em Zermatt foi toda paga pela Câmara de Zermatt.----------

---

---------**ORDEM DO DIA**----------

Ponto Um - Apreciação e votação da ata número 07, de 14 de abril de 2016.----------

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Luís Alberto Costa Pinto, aprovar a ata da referida reunião citada em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude de o texto da mesma ter sido, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, devidamente distribuído a todos os Senhores Vereadores.-

---------Neste ponto, o Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto refere que a ata não reflete com exatidão aquilo que foi dito. No Ponto Dezasseis da ata, a declaração de voto do Senhor Presidente não é a mesma que foi ditada para a ata no dia da reunião. O Senhor Presidente não deu conhecimento ao Executivo da constituição da comitiva que o acompanhou.----------

---------Intervém o Senhor Vereador Márcio Santos para referir que a intervenção do Senhor Presidente em resposta à sua intervenção, se encontra entre comas, quando as outras intervenções o não estão. Pergunta à Secretária se foi o Senhor Presidente que lhe disse para pôr assim. A Secretária respondeu que tal se deve ao facto de o Senhor Presidente ter falado em discurso direto, acrescentando que o Senhor Presidente nunca interferiu na feitura das atas. O Senhor Vereador também refere que o que consta na declaração de voto do Senhor Presidente não é o que foi ditado não reunião e pede para que seja lida a declaração que foi ditada, se a Secretária ainda a tiver nos seus apontamentos. A Secretária disse que sim e procedeu à sua leitura integral, cujo texto corresponde com exatidão ao que consta da ata.----------

Finda a apreciação e votação da ata, que foi aprovada por maioria, com 5 (cinco) votos a favor e 1 (um) voto contra do Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto, o Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores queria fazer alguma declaração de voto, não tendo nenhum deles manifestado essa intenção. O Senhor Presidente pede à Secretária para escrever a seguinte declaração de voto: "*No Ponto 16 e verificada a declaração de voto dos Senhores Vereadores do PSD, consultei a Sociedade de Advogados que me informou que poderia ter ocorrido um erro administrativo não cometido por mim e esse erro já se encontra sanado*".----------

Enquanto o Senhor Presidente fazia a sua declaração de voto, foi interrompido pelo Senhor Vereador Márcio Santos, tendo este afirmado, que, a seguir, também ele faria declaração de voto, ao que o Senhor Presidente respondeu que quem encerrava este assunto era o Presidente, pelo que não haveria declarações de voto sobre declarações de voto, se uma vez que o período para as inscrições para declarações de voto já tinha terminado e só o Senhor Presidente se tinha inscrito.----------

---------O Senhor Vereador Márcio Santos abandonou a sala de reuniões, sendo seguido pelo Senhor Vereador Luís Alberto Costa Pinto.----------

---

---------Verificando-se, após o abandono da reunião por parte dos 2 (dois) Senhores Vereadores, a existência de quórum, o Senhor Presidente prosseguiu com os trabalhos constantes na Ordem do Dia da reunião, tendo de imediato entrado no Ponto Dois e seguintes.----------

---

Ponto Dois - Resumo diário de Tesouraria número 76, de 21 de abril de 2016.----------

Presente à reunião o resumo diário de Tesouraria número 76/2016, com referência ao dia 21 de abril, que apresenta um total de disponibilidades no montante de **2.993.271,75€**, sendo **2.042.107,10€** em operações orçamentais e **951.164,65€** em operações não orçamentais.----------

A Câmara toma conhecimento e, por unanimidade, delibera ratificar.----------

---

Ponto Três - Assinatura da declaração de responsabilidade de acordo com o ponto 8 da Resolução do Tribunal de Contas n.º 44/2015, de 25 de novembro.----------

Presente à reunião a declaração de responsabilidade, de acordo com o ponto 8 da resolução n.º 44/2015, de 25 de novembro, do Tribunal de Contas, a qual fica anexa a esta ata e dela a constituir parte integrante.----------

A Câmara, após análise e discussão da mesma, por unanimidade, delibera aprovar todo o conteúdo constante na declaração de responsabilidade, sendo a mesma assinada por todos os presentes.----------

---

Ponto Quatro - "IX Caminhada Ajudar a Vencer a Dor"/ACADO.----------

Presente à reunião o ofício, datado de 01/04/2016, da ACADO – Associação Castrense de Apoio ao Doente Oncológico, em que requer autorização para realizar a *IX Caminhada "Ajudar a Vencer a Dor"*, no próximo dia 05 de junho p.f., com início às 16 horas, nas Termas do Carvalhal, e terminus pela 18 horas, no Jardim Municipal de Castro Daire.----------

No âmbito de a Caminhada se efetuar na Estrada Nacional 2, foram pedidos pareceres às entidades Infraestruturas de Portugal e PT da GNR de Castro Daire. Ambas as entidades informaram que não vêem nenhum inconveniente na sua realização.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera autorizar a realização da IX Caminhada "Ajudar a Vencer a Dor", organizada pela ACADO.----------

---

Ponto Cinco - Ação Social Escolar 2015/2016 - Informação número 2263/2016.----------

Presente à reunião a Informação número 2263/2016, prestada pela Técnica Superior da Divisão dos Serviços Municipais Integrados, em que refere que foram analisadas duas candidaturas referentes ao serviço de almoço e prolongamento de horário, e que se encontram em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março. É proposto a atribuição dos seguintes escalões:----------

- Requerimento n.º 3714 – 2.º Escalão;----------
- Requerimento n.º 3743 – 3.º Escalão.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar a atribuição dos escalões, de acordo com a Informação número 2263/2016.----------

---

Ponto Seis - Revisão de Escalão de Ação Social Escolar - Informação número 2264/2016.--------

Presente à reunião a Informação número 2264/2016, prestada pela Técnica Superior da Divisão dos Serviços Municipais Integrados, em que refere que deu entrada no BAM, um requerimento, registado com o número 3841, a solicitar a revisão de escalão. Analisado o assunto pelo serviço de Ação Social e verificado a veracidade dos factos, é proposto manter o 3.º escalão de Ação Social Escolar, anteriormente, atribuído.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera manter a atribuição do 3.º escalão de acordo com a Informação número 2264/2016.----------

---

Ponto Sete - Processo de atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior - ano letivo 2015/2016 - Informação número 2271/2016.----------

Presente à reunião a Informação número 2271/2016, prestada pela Técnica Superior da Divisão dos Serviços Municipais Integrados, em que refere que, cumprindo o disposto nas alíneas 7) e 8) do artigo 13.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior, dentro do prazo estipulado, não foi apresentada qualquer reclamação por parte dos candidatos, pelo que é presente à reunião a lista final, acompanhada da ata do Júri, para homologação.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera ratificar a lista final de atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior – Ano Letivo 2015/2016.----------

---

Ponto Oito - Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Relvense - Deslocação ao Luxemburgo.----------

Presente à reunião a carta da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Relvense, em que refere que no dia 12 de junho de 2016, irá deslocar-se à vila de Vichten, no Luxemburgo, para participar nas Comemorações do Dia de Portugal, Camões e as Comunidades Portuguesas, convidando o Senhor Presidente da Câmara a estar presente neste evento, que conta com a presença da Comunidade Castrense, residente no Luxemburgo.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar a seguinte comitiva designada pelo Senhor Presidente para o acompanhar na sua deslocação, em ato oficial, ao Luxemburgo: o Presidente da Junta de Freguesia das Monteiras, ou um Vogal que o represente, a Confraria do Bolo Podre e Gastronomia do Montemuro, na pessoa

do Grão-Mestre e um ou uma confrade ou confreira à escolha do Grão-Mestre, um elemento do GAP, que é o Secretário Paulo António da Rocha Carneiro, o Senhor Presidente e a sua esposa, D.ª Aida Maria Monteiro Ferreira.----------

---

Ponto Nove - Estabelecimento Termal - Campanha do Dia da Mãe.----------

Presente à reunião a campanha apresentada pela Técnica Superior do Estabelecimento Termal para o Dia da Mãe, que se encontra disponível nas seguintes opções:----------

Massagem Geral e Facial Lavanda	28,00€
Massagem Parcial e Hidromassagem Anti-fadiga	17,50€
Massagem Vichy Local e Hidromassagem Anti-Stress	16,45€

A Campanha decorre no período de 28 de abril a 2 de maio de 2016 e no âmbito da participação das Termas na FIT Guarda 2016 e no sentido de promover e divulgar os seus programas , é proposto o sorteio de um programa de bem-estar de 1 dia válido para 2 pessoas.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar a Campanha Termal para o Dia da Mãe e, no âmbito da participação do Estabelecimento Termal na FIT Guarda 2016, o sorteio de um programa de bem-estar de 1 dia válido para 2 pessoas.----

---

Ponto Dez - Auto de Receção Definitiva/Obra: "Requalificação da Rua Cândido dos Reis - 03.331.2007/51 - FREG. CASTRO DAIRE - Concurso 20/2008.----------

Presente à reunião o auto de declaração de receção definitiva, com referência à seguinte empreitada: **"Requalificação da Rua Cândido dos Reis – 03.331.2007/51 – FREG. CASTRO DAIRE _ CONCURSO 20/2008"**, de que foi adjudicatária a Empresa Francisco Pereira Marinho & Irmãos, SA.----------

A Câmara, após análise dos mesmos, por unanimidade, delibera:----------

a) Aprovar os autos de receção definitiva da obra "Requalificação da Rua Cândido dos Reis – 03.331.2007/51 – FREG. CASTRO DAIRE – Concurso 20/208" e----------

b) Libertar todas as garantias que constituem as cauções.----------

---

Ponto Onze - Declaração de aceitação de Horácio Cardoso Figueiredo/Obra: "Alargamento da Rua do Fundo do Povo em Mosteirô, Freguesia de Pepim".----------

Presente à reunião a declaração de aceitação subscrita pelo proprietário de parcelas de terreno, necessárias à execução da obra, a seguir indicada: **Horácio Cardoso Figueiredo, NIF 149 273 398**, residente em Beco Quinta da Romeira, n.º 37, Mosteirô, freguesia de Pepim, deste Município, em como aceita as condições a seguir indicadas.----------

1. Não há lugar a qualquer pagamento em espécie pela cedência de parte do artigo urbano com a área de 23,22 m2;----------

2. Pela cedência, o município procederá à abertura de uma porta de acesso ao r/chão (lado sul) com a largura necessária ao uso para paragem de uma viatura ligeira;----------

3. Procederá o município às demolições necessárias da parte do artigo urbano ora cedido, e à limpeza do r/chão e do 1.º andar, bem como à estabilização da estrutura da cobertura e da

substituição das telhas que se revelarem necessárias, bem como à reposição do acesso pelo lado sul ao 1.º andar com a construção do acesso em escada, ao tapamento das juntas das paredes interiores na área destinada à garagem e à construção de uma laje de piso que suportará a atual cozinha. Será ainda da responsabilidade do município o fornecimento e montagem das portas exteriores (garagem e cozinha) e ao arranjo em betão do pavimento da garagem.----------

A Câmara, após análise e discussão do do conteúdo da mesma, por unanimidade, delibera aprovar a declaração de aceitação de Horácio Cardoso Figueiredo referente à obra "Alargamento da Rua do Fundo do Povo em Mosteirô, Freguesia de Pepim".----------

---

Ponto Doze - Desistência de Execução de Empreitada/Obra: "Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Recolha e Tratamento de Esgotos na Freguesia de Monteiras".----------

Presente à reunião a Informação número 64/2016, prestada pelo Técnico Superior da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, na qual o Eng.º Chefe da DOMA exarou a seguinte informação: "*À consideração do Exm.º Presidente.*----------

---------O Tribunal de Contas tem insistido na resolução deste assunto que aguarda desde 2010 que o Município obtenha financiamento do FEDER, sem o qual não concede o visto. Pese embora várias tentativas de o obter junto do POVT, razões diversas impediram o financiamento. Recentemente, o Tribunal de Contas, via telefone, solicitou na deliberação que colocasse termo a este impasse. As resoluções dos contratos de empréstimo por iniciativa do dono da obra implicam sempre na indemnização ao adjudicatário que pode ir até aos 10% do valor da adjudicação, que no caso em apreço seriam 87.962,13€. Contudo, foi possível chegar a um acordo em que o município reintegrasse a empresa dos custos processuais, ou seja, do valor gasto nas garantias bancárias e dos custos com o concurso. O montante acresce a 29.440,22€, conforme informação em anexo com a qual concordo e para a qual proponha a aprovação".----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera pedir parecer jurídico acerca deste ato administrativo.----------

---

Ponto Treze - Desistência de Execução de Empreitada/Obra: "Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Recolha e Tratamento de Esgotos a Mós, Eiriz e Outeiro da Freguesia de Parada".----------

Presente à reunião a Informação número 65/2016, prestada pelo Técnico Superior da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, na qual o Eng.º Chefe da DOMA exarou a seguinte informação: "*À consideração do Exm.º Presidente.*----------

---------O Tribunal de Contas tem insistido na resolução deste assunto que aguarda desde 2010 que o Município obtenha financiamento do FEDER, sem o qual não concede o visto. Pese embora várias tentativas de o obter junto do POVT, razões diversas impediram o financiamento. Recentemente, o Tribunal de Contas, via telefone, solicitou na deliberação que colocasse termo a este impasse. As resoluções dos contratos de empréstimo por iniciativa do dono da obra implicam sempre na indemnização ao adjudicatário que pode ir até aos 10% do valor da adjudicação, que no caso em apreço seriam 48.230,00€. Contudo, foi possível chegar a um acordo em que o município reintegrasse a empresa dos custos processuais, ou seja, do valor gasto nas garantias bancárias e dos custos com o concurso. O montante acresce a 18.415,00€, conforme informação em anexo com a qual concordo e para a qual proponha a aprovação".----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera pedir parecer jurídico acerca deste ato administrativo.----------

---

Ponto Catorze – Minuta da Adenda ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.-----

Presente à reunião a minuta da adenda ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado com O CRASTO – Academia de Cultura e Recreio para apoio à modalidade desportiva de natação.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar a minuta da adenda ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com O CRASTO – Academia de Cultura e Recreio para apoio à modalidade desportiva de natação.----------

---

Ponto Quinze – Minuta do Protocolo n.º 10/2016 a celebrar com O CRASTRO – Academia de Cultura e Recreio.----------

Presente à reunião a minuta do Protocolo n.º 10/2016 a celebrar com O CRASTO – Academia de Cultura e Recreio para a cedência de duas pistas do tanque de natação pura das Piscinas Municipais e financiar as despesas inerentes a cada prova.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar a minuta da adenda ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com O CRASTO – Academia de Cultura e Recreio para utilização de duas pistas do tanque de natação pura das Piscinas Municipais.----------

---

Ponto Dezasseis – Agrupamento de Escolas de Castro Daire/Comemoração do 25 de Abril.-----

Presente à reunião a carta do Agrupamento de Escolas de Castro Daire, em que refere que do programa da disciplina de história, do 6.º e 9.º anos de escolaridade consta o tema "25 de Abril". Com o intuito de aprofundar o tema e celebrar tão importante data, contactaram a produtora da peça "25 de Abril, Sempre!" e a companhia profissional Teatro Oeste, entidade que constitui o elenco da peça, cuja exibição está prevista para o próximo dia 12 de maio, pelas 14 horas, para os alunos dos referidos anos de escolaridade, divididos por duas sessões. A estimativa dos custos desta iniciativa é superior a 1.500,00€ para as duas sessões, pelo que solicitam o apoio do Município.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera conceder um subsídio no valor de 1.500,00€ ao Agrupamento de Escolas de Castro Daire para a Comemoração do 25 de Abril.----------

---

Ponto Dezassete - Ação Social Escolar 2015/2016 - Informação número 2275/2016.----------

Presente à reunião a Informação número 2275/2016, prestada pela Técnica Superior da Divisão dos Serviços Municipais Integrados, em que refere que foram analisadas duas candidaturas referentes ao serviço de almoço e prolongamento de horário, e que se encontram em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março. É proposto a atribuição dos seguintes escalões: 1.º Escalão.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar a atribuição dos escalões, de acordo com a Informação número 2275/2016.----------

---

Ponto Dezoito – Candidaturas a atribuição de subsídios – infraestruturas/equipamentos.---

Presente à reunião a atribuição dos subsídios – infraestruturas/equipamentos, os quais ficam anexos a esta ata e dela a constituir parte integrante.---

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar a atribuição de subsídios às candidaturas de infraestruturas/equipamentos.---

---

Ponto Dezanove – Primeiro Encontro de Bispos e Sacerdotes naturais e a trabalhar no Concelho de Castro Daire a realizar no dia 24 de abril de 2016.---

Atendendo ao elevado grau de importância deste encontro, o Senhor Presidente achou por bem distinguir com medalhas de ouro as quatro Dioceses, Lamego, Viseu, São Tomé e Príncipe e Guarda, e ainda com medalha de menor dimensão, cada Bispo e cada Sacerdote.---

Assim, no termos do disposto no número 3, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propõe a ratificação deste ato.---

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera ratificar o ato praticado pelo Senhor Presidente nos termos do disposto no número 3, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.---

---

Ponto Vinte – Designação de um representante do Município para integrar a CPCJ de Castro Daire – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire.---

O Senhor Presidente designou, por carácter de urgência, ao abrigo do disposto da alínea oo), do número 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Vereador Rui Manuel Pereira Braguês como representante do Município para integrar a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Castro Daire.---

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera ratificar.---

---

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.---

---------Em conformidade com o disposto no número 2, do artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com os números 1 e 2 do artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal, aprovado na Reunião Ordinária de 14 de novembro de 2013, há um período para intervenção do publico, com a duração até sessenta minutos, durante o qual a Câmara Municipal prestará os esclarecimentos que lhe forem solicitados.---

---------Também, em conformidade com o disposto no número 6, do já referido artigo 49.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é feita uma referência sumária às eventuais intervenções do publico na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.---

---------Nesta reunião estiveram pressentes:---

---------O Dr. Manuel José Pereira Pertancho, Advogado, residente na localidade de Fareja, freguesia de Castro Daire, congratula-se com o facto de, na rua, frente à oficina do Sr. Matias, a Câmara ter arranjado os buracos. Seguidamente, refere que a Senhora Secretária de Estado da Justiça visitou

talguns dos Tribunais que estão para abrir, menos o Tribunal de Castro Daire. Pergunta se a Câmara já justificou ou vai justificar o edifício do Palácio da Justiça e se tem disponibilidade de manter todas as condições para o abrir. Refere-se, também, ao arquivo do Tribunal, dizendo que as ações que estão no Arquivo do Tribunal, o Secretário do Tribunal manda destruí-las devido à falta de espaço para arquivar as ações mais recentes. Pergunta se a Câmara não tem um espaço disponível para alargar o Arquivo, para que se possa evitar a destruição/eliminação de processos mais antigos, que muitas vezes fazem falta para consultar.----------

---------Intervém o Senhor Vereador Márcio Santos, que refere que na reunião anterior já tinha questionado o Senhor Presidente sobre o facto da Senhora Secretária de Estado da Justiça não ter vindo visitar o Tribunal de Castro Daire. Acrescenta, ainda, que o Governo quer reabrir o Tribunal de Castro Daire, mas o Senhor Presidente está a fazer "finca pé" em relação à questão da propriedade do edifício do Palácio da Justiça.----------

---------O Senhor Presidente, em relação à estrada de Fareja, refere que deu ordens ao Eng.º Chefe da DOMA, para abrir concurso para arranjos naquela e noutras ruas. Quanto à questão do Tribunal, refere que a Câmara tem feito tudo para o reabrir e ficar com uma estância local. Na primeira reunião, onde estiveram todos presentes, concluíu-se que Castro Daire era um caso especial. No dia 3 de maio, tem agendado uma reunião com a Senhora Ministra da Justiça para tratar da questão do Tribunal. Quanto à visita da Senhora Secretária de Estado da Justiça, apenas foi visitar as estâncias locais para verificar se as mesmas tinham condições de funcionar.----------

---------O Dr. Carlos Bianchi, Advogado, residente em Castro Daire, refere que não ouviu o Senhor Presidente falar sobre a criação de um Arquivo para o Tribunal. O Senhor Presidente informa que ajuda o Tribunal a aumentar o Arquivo, se isso lhe for solicitado.----------

---------O Dr. Carlos Bianchi pergunta, caso a estância não venha para o Tribunal, se o Senhor Presidente não vai fazer nada em relação ao Arquivo. O Senhor Presidente responde que vai colocar a questão em relação ao Arquivo, por escrito, ao Secretário do Tribunal.----------

---------O Dr. Carlos Bianchi refere que percebeu que vai haver várias intervenções no concelho e pergunta se, também, vai haver intervenções nas Avenidas 25 de Abril e Francisco Sá Carneiro, como também na estrada que vai para Fermontelos, na estrada que vai para a Senhora da Penha, na estrada municipal 228 para Souto de Alva, obras nos arruamentos em Pepim.----------

---------O Senhor Presidente refere que, quanto às Avenidas 25 de Abril e Francisco Sá Carneiro, estas estão inseridas no PARU, juntamente com a escadaria da Via Sacra. No que concerne ao Pontão de Mamouros até ao cruzamento da Senhora da Piedade, as obras ainda não se vão realizar este ano. A estrada que liga Mamouros a Fermontelos já foi alvo de uma intervenção no mandato anterior, quanto à requalificação da estrada do Souto, o projeto já se encontra elaborado, faltando apenas pôr a concurso quando estiver cabimentado. Em relação aos arruamentos em Pepim, as obras ainda vão ser realizadas este ano.----------

---------O Dr. Carlos Bianchi pergunta ao Senhor Vice-Presidente se já foram instaladas ou não as incubadoras de empresas, ao que o Senhor Vice-Presidente responde que ainda não.----------

---------O Dr. Carlos Bianchi pergunta se há algum contacto de empresas industriais e de turismo, ao que o Senhor Vice-Presidente responde que há um projeto na zona do concelho, em especial, na freguesia de Cabril, que está em negociação e conversação. Quanto à industria, tem conhecimento de uma possibilidade embrionária.----------

Castro Daire
Município

---------O Dr. Carlos Bianchi pergunta ao Senhor Vereador Leonel Marques Ferreira para quando está previsto retirar a plataforma provisória da Rua 1.º de Maio. O Senhor Vereador responde que o assunto não se encontra esquecido, apenas surgiram alguns contratempos que estão a ser resolvidos.----------

---

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: ***Foi deliberado, por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do número 3 e para efeitos do disposto no número 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.***----------

---

HORA DE ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, eram doze horas e quinze minutos quando o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.----------

---

---------E eu, Ana Luísa Guedes de Albuquerque, Assistente Técnica, elaborei a presente ata, que também assino, de acordo com o número 2 do artigo 57º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

O PRESIDENTE,

-José Fernando Carneiro Pereira-

A SECRETÁRIA,

-Ana Luísa Guedes de Albuquerque-